

**Diretrizes que restaram pendentes das propostas apresentadas pela Sociedade Civil nos Ciclos de Conferências
(relacionadas ao planejamento de expansão da DPESP)**

Eixo Temático	Ciclo	Proposta	Status / Dificuldade / Justificativa
Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito	II Ciclo	Criar unidades regionalizadas do Núcleo de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito	Faltam Defensores em número suficiente
		Fortalecer o Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito, com a designação de Defensores Públicos em número suficiente e para atuação exclusiva perante o órgão	Faltam Defensores em número suficiente
Cidadania, Direitos Humanos e Meio Ambiente	I Ciclo	Responsabilizar as autoridades competentes pelas condutas que impliquem em abuso de autoridade, prisões ilegais, tortura e violência institucional	Amplitude da questão. Falta de pessoal no NECDH
	III Ciclo	Criar um Núcleo Especializado de proteção do Meio Ambiente	
		Criar o Núcleo Especializado de Saúde na Defensoria, atuar junto aos Conselhos Municipais para orientação do usuário na obtenção de medicamentos, educação em direitos na área da saúde e participar das Conferências de Saúde, mesmo sem assento ou convite formal	
		Fortalecer o número de defensores no Estado de São Paulo e intensificar a atuação dentro das comunidades como instrumento de efetivação dos direitos sociais, estendendo o atendimento móvel da Defensoria Pública às pequenas cidades e bairros distantes dentro das regionais, com mutirões de atendimentos	Aprovação e aumento de cargos
Habitação, Urbanismo e Conflitos Agrários	I Ciclo	Desenvolver campanha com a sociedade na área do Direito Ambiental	Estrutura ainda reduzida do Núcleo de Habitação e Urbanismo
		Promover a Tutela do Meio Ambiente, acompanhando as leis que se referem ao mesmo	Estrutura ainda reduzida do Núcleo de Habitação e Urbanismo
		Conscientizar a sociedade civil para prevenção e reparação aos danos ao meio ambiente	Estrutura ainda reduzida do Núcleo de Habitação e Urbanismo
		Entrar com ações pela não extinção das Feiras Livres	Estrutura ainda reduzida do Núcleo de Habitação e Urbanismo
		Contribuir na implantação de políticas públicas para migrantes sazonais cortadores de cana	Estrutura ainda reduzida do Núcleo de Habitação e Urbanismo
		Entrar com ações contra os usineiros, com o objetivo de acabar com as queimadas e coibir práticas ilegais na contratação de mão-de-obra	Estrutura ainda reduzida do Núcleo de Habitação e Urbanismo
		Intensificar as Ações Cíveis Públicas, de cunho ambiental, para a proteção das bacias hidrográficas nos Rios Estaduais e Federais que cortam o Estado de São Paulo, principalmente nas Áreas de Proteção Permanente (APP) e Várzeas	Estrutura ainda reduzida do Núcleo de Habitação e Urbanismo

**Diretrizes que restaram pendentes das propostas apresentadas pela Sociedade Civil nos Ciclos de Conferências
(relacionadas ao planejamento de expansão da DPESP)**

II Ciclo	Garantir a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental	Estrutura ainda reduzida do Núcleo de Habitação e Urbanismo
	Acompanhar a atuação dos Conselhos Municipais de Política Urbana e Meio Ambiente	Estrutura ainda reduzida do Núcleo de Habitação e Urbanismo
	Prestar assistência especializada aos movimentos socioambientais	Estrutura ainda reduzida do Núcleo de Habitação e Urbanismo
	Atuar em favor da acessibilidade e mobilidade urbana, notadamente na questão das praças de pedágio	Estrutura ainda reduzida do Núcleo de Habitação e Urbanismo
	Atuar judicial e extrajudicialmente na tutela do meio ambiente, especialmente nas seguintes questões: emissão de poluentes	Estrutura ainda reduzida do Núcleo de Habitação e Urbanismo
	Atuar judicial e extrajudicialmente na tutela do meio ambiente, especialmente nas seguintes questões: preservação e despoluição de aquíferos e mananciais	Estrutura ainda reduzida do Núcleo de Habitação e Urbanismo
	Atuar judicial e extrajudicialmente na tutela do meio ambiente, especialmente nas seguintes questões: interrupção de queimadas e atendimento a pessoas prejudicadas em sua decorrência	Estrutura ainda reduzida do Núcleo de Habitação e Urbanismo
	Atuar judicial e extrajudicialmente na tutela do meio ambiente, especialmente nas seguintes questões: manutenção do Código Florestal frente à especulação imobiliária e ao cultivo monocultor	Estrutura ainda reduzida do Núcleo de Habitação e Urbanismo
	Atuar judicial e extrajudicialmente na tutela do meio ambiente, especialmente nas seguintes questões: degradação causada por aterros sanitários e lixões	Estrutura ainda reduzida do Núcleo de Habitação e Urbanismo
	Atuar judicial e extrajudicialmente na tutela do meio ambiente, especialmente nas seguintes questões: descarte de resíduos industriais	Estrutura ainda reduzida do Núcleo de Habitação e Urbanismo
	Aprimorar a atuação nas temáticas de meio ambiente e defesa do consumidor	Estrutura ainda reduzida do Núcleo de Habitação e Urbanismo
III Ciclo	Criar um núcleo especializado de conflitos agrários, no interior do Estado de São Paulo, que tenha como atribuições, dentre outras, assessorar os movimentos sociais envolvidos em conflitos agrários, fiscalizar ocupação de terras públicas por empresas privadas e buscar, extrajudicial e judicialmente, a regularização fundiária de assentamentos agrários	Disponibilidade de defensores
	Destinar defensor público especializado na área de habitação e Urbanismo em cada unidade e, na impossibilidade, um defensor público especializado em cada Regional	Disponibilidade de defensores

**Diretrizes que restaram pendentes das propostas apresentadas pela Sociedade Civil nos Ciclos de Conferências
(relacionadas ao planejamento de expansão da DPESP)**

Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência	III Ciclo	Cindir o Núcleo do Idoso e da Pessoa com Deficiência na Defensoria Pública, para criação dos Núcleos Especializados do Idoso e das Pessoas com Deficiência e Patologia, pois os assuntos destas esferas devem ser tratados separadamente e com mais eficiência, com aumento do número de cargos de defensores públicos com atuação específica em favor de idosos e de pessoas com deficiência	
Infância e Juventude	I Ciclo	Atuar desde a apreensão dos adolescentes nas delegacias e cadeias públicas, promovendo ações para cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e apoiando a criação de núcleos de atendimento inicial para transferência imediata	Número insuficiente de defensores públicos
	II Ciclo	Garantir a defesa técnica dos adolescentes em processos administrativos	Número reduzido de defensores públicos
	III Ciclo	Garantir o aumento do número de defensores públicos com atuação exclusiva na área da infância e juventude cível e infracional, em especial nos municípios onde houver unidades de privação de liberdade, estimulando a efetiva integração operacional dos órgãos do sistema de garantia de direitos e especialização das Varas e Delegacias da Infância e Juventude	Aprovação e aumento de cargos
Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher	I Ciclo	Atuar em casos de violência doméstica	Falta cargos em número suficientes
		Atender mulheres de todas as etnias em situação de violência doméstica, trabalho escravo, tráfico de mulheres, dentre outras	Falta de cargos de Defensores Públicos em número suficientes
	II Ciclo	Oferecer tratamento sigiloso, personalizado, humanizado e especializado – com atendimento multidisciplinar – à mulher vítima de violência	Criação de cargos de defensores(as) públicos(as)
		Atuar, em defesa da vítima, nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, e participar do movimento pela ampliação desses Juizados em todo o Estado	
	III Ciclo	A mulher vítima de violência doméstica, por se encontrar em situação de vulnerabilidade, será sempre atendida pela Defensoria Pública, independente da renda, conforme prevê o artigo 28 da Lei Federal nº 11.340/2006, inclusive na fase policial	Ampliação de cargos de defensores
		Maior descentralização do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM), inclusive na Defensoria móvel, na Grande São Paulo, interior e litoral, com a constituição de um Comitê de Integração com ações efetivas entre Defensoria e movimentos sociais, visando a discussão, defesa e garantia do direito da mulher e a realização de palestras e constituição de grupos de estudos voltados à discussão dos Direitos da Mulher	Disponibilidade de defensor

**Diretrizes que restaram pendentes das propostas apresentadas pela Sociedade Civil nos Ciclos de Conferências
(relacionadas ao planejamento de expansão da DPESP)**

		Criar um pólo e cargos específicos de defensores públicos e agentes de Defensoria em cada Fórum Regional, visando o atendimento especializado às mulheres vítimas de violência doméstica, dando suporte às Varas que atuem em casos desta natureza. Garantir que a mulher possa ter contato com o(a) defensor(a) público(a) antes da audiência e atendimento preferencial	Aprovação e aumento de cargos
		Criação de um Observatório da Mulher na Defensoria Pública visando a realização de um diagnóstico regional sobre a violência da mulher, promovendo fóruns e conferências regionais relativos aos direitos das mulheres, visando à integração com as demais entidades e à realização de estudo, sistematização, divulgação e implementação do conjunto de diretrizes aprovadas nestes eventos	Disponibilidade de defensor
Situação Carcerária	I Ciclo	Atuar na garantia dos direitos humanos no sistema carcerário	Falta de Defensores em número suficiente para atuação em presídios e delegacias.
		Pleitear junto aos órgãos relacionados ao sistema penitenciário e correlatos a plena divulgação dos serviços da Defensoria Pública	Limitado número de defensores
		Promover o acompanhamento processual integral, com ampliação dos quadros da Defensoria Pública, para garantir assistência jurídica integral ao(à) preso(a), bem como realização de trabalho preventivo junto aos familiares da pessoa presa	Limitado número de Defensores
		Promover atendimentos específicos ao(à) preso(a) provisório(a), abrangendo orientação emergencial	Limitado número de Defensores
		Elaborar convênio com outras Defensorias Públicas para tratar da situação de presos(as) de outros Estados	Falta de Defensores
		Intensificar o contato pessoal do(a) Defensor(a) Público(a) com o(a) preso(a) provisório(a) para qualificar sua defesa processual	Falta de defensores em número suficiente
		Descentralizar Núcleo da Situação Carcerária, viabilizando o contato com a sociedade local	Falta de Defensores em número suficiente
		Especializar Defensores(as) para atuar junto aos(às) presos(as) estrangeiros(as)	Não há Defensores na área de execução penal bilingues
		Disponibilizar Defensores(as) em período integral em cada presídio	Falta de Defensores em número suficiente
		II Ciclo	Visitar periodicamente estabelecimentos prisionais, a fim de garantir condições satisfatórias de aprisionamento, produzindo relatórios das atividades realizadas
Incrementar a atuação da Defensoria Pública nas fases da prisão e do inquérito policial	Número ainda insuficiente de Defensores para acompanhamento efetivo dos inquéritos policiais		

**Diretrizes que restaram pendentes das propostas apresentadas pela Sociedade Civil nos Ciclos de Conferências
(relacionadas ao planejamento de expansão da DPESP)**

		Garantir os direitos inerentes à plena reintegração social dos egressos, mediante, inclusive, cooperação técnica de outros órgãos e entidades	Ausência de estrutura adequada e número de Defensores insuficiente para o alcance do objetivo
	III Ciclo	Aperfeiçoar o acesso à informação processual, mediante: 1) a efetivação das visitas periódicas a estabelecimentos prisionais; 2) a criação de setor dentro da Defensoria Pública responsável pelo recebimento e resposta de cartas enviadas pelos presos; 3) a atuação visando a implementação de terminais de autoatendimento dentro das unidades prisionais; 4) educação em direitos, no que pertine à competência e atuação dos órgãos do sistema de justiça; 5) facilitar o acesso à Defensoria Pública pelos familiares dos presos, priorizando o contato telefônico e a utilização de correio eletrônico (e-mail), sobretudo quando o familiar residir em local distante de unidade da Defensoria Pública	Aumento do quadro de servidores e defensores
Política Institucional e Educação em Direitos	I Ciclo	Criar núcleos comunitários de atendimento nas regiões não contempladas pela Defensoria Pública, utilizando equipamentos públicos (municipais e estaduais) já existentes	Não houve criação onde não há DPESP perene, mas foi criada a Unidade Móvel de Atendimento
	III Ciclo	Criar a Comissão Permanente sobre saúde mental, formada por defensores públicos e representantes da sociedade civil organizada, para desenvolver ações conjuntas com a Câmara Técnica de Saúde Mental, Condepe e outros órgãos, visando o acompanhamento às pessoas institucionalizadas em Hospitais Psiquiátricos, e demais usuários de serviços de saúde mental, especialmente com a realização de visitas periódicas em tais estabelecimentos, para assegurar o cumprimento da Lei 10.216/01, bem como para promover a identificação daqueles sem documentos e o registro tardio, quando necessário	Aprovação e aumento do número de cargos de defensor público e agente da Defensoria / disponibilidade de defensor público e agente da defensoria
		Aumentar o número de atendimentos diários, o número de defensores públicos e dos agentes da Defensoria Pública integrantes dos Centros de Atendimento Multidisciplinar - CAM, inclusive com a criação da Defensoria Pública no litoral norte, e o incremento dos dias de atendimento nos Centros de Integração da Cidadania - CIC	Aprovação e aumento de cargos